

VERTICALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO MINERAL NO SUDESTE PARAENSE: CHANTAGEM LOCACIONAL E IMPACTOS SOCIOTERRITORIAIS E AMBIENTAIS

VERTICALIZACIÓN DE LA PRODUCCIÓN MINERAL EN EL SUDESTE PARAENSE: CHANTAGEN LOCACIONAL E IMPACTOS SOCIOTERRITORIALES Y AMBIENTALES

Marcelo Melo dos Santos¹
Fernando Michelotti²

Resumo

Este artigo busca analisar as estratégias de diferentes agentes face as tensões geradas no processo de implantação de um grande projeto siderúrgico no município de Marabá, Sudeste Paraense. Essas estratégias são reveladoras de interesses conflitantes entre esses agentes e de relações assimétricas de poder entre eles. A mineradora VALE e seus sócios no empreendimento, representantes das elites locais, assim como o governo federal e estadual, coincidem na defesa do projeto como ponto central para o desenvolvimento regional com base na verticalização da produção mineral, embora diverjam entre si acerca das responsabilidades do financiamento da obra e estrutura logística. O projeto e sua forma de implantação, por outro lado, é confrontado por segmentos críticos em função dos impactos socioterritoriais e ambientais. A análise dos impactos do projeto em dois casos específicos, de um assentamento de reforma agrária no seu entorno e da hidrovía Araguaia-Tocantins, revelam situações distintas. Enquanto no primeiro caso encontrou-se mobilização social intensa, mas localizada, capaz de fazer frente ao projeto e impor ajustes, no segundo caso houve pequena mobilização regional reveladora da subordinação da sociedade frente à ameaça permanente de suspensão dos investimentos. Sugere-se, dessa forma, que a empresa lança mão de mecanismos de ‘chantagem locacional’, apropriando-se de forma desigual dos propalados benefícios da verticalização da produção mineral e impondo riscos sociais e ambientais concentrados à sociedade local.

Palavras-Chaves: ALPA – Impactos Socioterritoriais – Chantagem Locacional

Resumen

Este artículo busca analizar las estrategias de diferentes agentes frente a las tensiones generadas en el proceso de implantación de un gran proyecto siderúrgico en el municipio de Marabá, Sudeste Paraense. Estas estrategias revelan tanto intereses conflictivos entre estos agentes, como relaciones asimétricas de poder entre ellos. La empresa minera VALE y sus socios en el emprendimiento, representantes de las élites locales, así como el gobierno federal y estatal, coinciden en la defensa del proyecto como punto central para el desarrollo regional con base en la verticalización de la

¹ Mestre em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (2015). marceloviola2@hotmail.com

² É professor adjunto III da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA (Campus de Marabá – PA) Doutorado em andamento em Planejamento Urbano e Regional no IPPUR/UFRJ. michelotti.f@gmail.com

producción mineral, aunque diverjan entre sí sobre las responsabilidades del financiamiento de la obra y la estructura logística. El proyecto y su forma de implantación, por otro lado, se enfrenta a segmentos críticos en función de los impactos socioterritoriales y ambientales. El análisis de los impactos del proyecto en dos casos específicos, de un asentamiento de reforma agraria en su entorno y de la hidrovía Araguaia-Tocantins, revelan situaciones distintas. En el primer caso se encontró una movilización social intensa, pero localizada, capaz de hacer frente al proyecto e imponer ajustes, en el segundo caso hubo pequeña movilización regional reveladora de la subordinación de la sociedad frente a la amenaza permanente de suspensión de las inversiones. Se sugiere, de esta forma, que la empresa lanza mano de mecanismos de 'chantaje locacional', apropiándose de forma desigual de los propalados beneficios de la verticalización de la producción mineral e imponiendo riesgos sociales y ambientales concentrados a la sociedad local.

Palabras Claves: ALPA - Impactos Socioterritoriales - Chantaje Locacional

Introdução

No ano de 2009, o governo do estado do Pará anunciou a implantação da Siderúrgica Aços Laminados do Pará (ALPA) no município de Marabá, sob responsabilidade da mineradora VALE S.A. em parceria com o grupo Aço Cearense, já possuidor de uma planta industrial produtora de aço no município, a SINOBRAS. Esse projeto foi apresentado como parte central de uma estratégia de desenvolvimento regional baseada na verticalização da cadeia produtiva do minério de ferro extraído no Sudeste Paraense.

Com a verticalização da mineração e produção anual de 2,5 milhões de toneladas/ano de placas de aço e bobinas (BRANDT, 2009, p. 4), matérias-primas para outros segmentos industriais, também se esperava atrair outros investidores para o seu entorno configurando um pólo metal-mecânico regional. Com isso, anunciava-se a retomada e modernização do Distrito Industrial de Marabá (DIM) em outras bases, superando a presença quase exclusiva das usinas de produção de ferro-gusa, que em grande parte vinham encerrando suas atividades em função da estagnação do preço do ferro-gusa, elevação do preço do minério de ferro e redução da disponibilidade de carvão vegetal barato.

No entanto, com estimativa para entrar em operação em 2013, o projeto ALPA não se efetivou, tendo sido interrompido em setembro de 2012, ainda na fase de terraplenagem do terreno onde se daria sua implantação, numa área desapropriada pelo governo estadual por cerca de 60 milhões de reais. Diferentes causas têm sido apontadas

nas explicações sobre essa paralização, desde problemas na desapropriação de parte do terreno onde se daria a instalação (o chamado lote 11), da retirada de obras complementares de infraestrutura do PAC e da crise econômica internacional até a falta de vontade e prioridade da empresa VALE a esse projeto.

O discurso dos diferentes agentes, nesse caso, explicita uma tensão entre a Mineradora VALE, cujo conselho de administração tem defendido a manutenção do foco na mineração, e os governos federal e estadual, daquele período, que vinha pressionando a empresa a ampliar sua participação no setor siderúrgico (REUTERS, 2012). Reforça essa hipótese o fato de que, ao passo que a instalação do projeto siderúrgico está paralisada, outros investimentos da VALE voltados à expansão da extração mineral na região vêm sendo priorizados, como o exemplo do recém inaugurado projeto S-11 D de extração de ferro na parte Sul da Serra de Carajás.

Além das disputas em torno do projeto protagonizadas por esses diferentes agentes, que têm em comum a visão da mineração como atividade prioritária para o desenvolvimento regional, seja como atividade extrativa em si, seja como base de um crescimento industrial, outras discordâncias emergiram. As principais fontes das críticas deram-se a partir dos impactos socioterritoriais e ambientais que o empreendimento pode provocar na área urbana de Marabá e no seu entorno rural, especialmente nos assentamentos de reforma agrária, assim como no rio Tocantins e comunidades ribeirinhas, em função dos portos e hidrovias.

Diante deste quadro, este artigo procura discutir como esses diferentes pontos de tensão foram sendo encaminhados, de forma a ilustrar o comportamento da mineradora VALE que revela estratégias consideradas de ‘chantagem locacional’, à semelhança do que Acselrad e Bezerra (2010) observaram em outras situações em que predominam relações de poder muito assimétricas entre empresas e comunidades locais. Em função disso, argumenta-se que a implantação de uma grande indústria siderúrgica na região Sudeste do Pará, considerada no discurso oficial como o ponto de partida para superar o seu *status* de produtora de *commodities*, não é suficiente para superar a hegemonia da acumulação do capital via espoliação, conforme conceituação de Harvey (2013a).

Os mecanismos de ‘chantagem locacional’ indicam que as possíveis vantagens da verticalização da produção decorrentes da instalação da ALPA tenderiam a ficar subordinadas aos interesses da empresa, enquanto os problemas socioterritoriais e ambientais oriundos de sua implantação seriam socializados com as populações

regionais mais despossuídas. Neste caso, dois exemplos são emblemáticos: os impactos socioterritoriais sobre as comunidades e assentamentos vizinhos ao projeto e os impactos ambientais, tanto na área industrial e seu entorno, que envolve a própria sede do município de Marabá, como ao longo de todo o rio Tocantins que será usado para o escoamento da produção.

A pesquisa que embasou este trabalho, além das leituras e reflexões teóricas, acompanhou fontes secundárias de informações, especialmente jornais locais e relatórios de órgão governamentais e da própria VALE. No caso dos conflitos com o Projeto de Assentamento Belo Vale, no entorno da área da ALPA, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com assentados, buscando captar as tensões socioterritoriais oriundas da implantação do projeto, assim como dar visibilidade a percepção desses camponeses que sequer foram ouvidos acerca da instalação deste empreendimento.

Chantagens Locacionais e Acumulação por Espoliação

Para Acselrad e Bezerra (2010, p. 179), a chamada ‘modernização ecológica’ está levando a internalização da variável ambiental pelas instituições correntes de forma associada a celebração da economia de mercado, do consenso político e do ajuste tecnológico. Esses autores perguntam-se por que se verifica uma recusa/resistência em promover ajustes na base técnico-material da acumulação, entendidas como as práticas e padrões técnico-espaciais na acumulação intensiva e nas fronteiras de acumulação extensiva, para além do que o próprio mercado determina?

Para eles, é esclarecedor a compreensão crítica desse processo que a relaciona com a divisão sócio-espacial da degradação ambiental, ou seja,

Os danos ambientais da acumulação sempre foram, de forma sistemática, destinados aos grupos sociais e étnicos dominados – seja pela expropriação das bases territoriais de formas socioprodutivas não hegemônicas, seja pela deterioração das bases reprodutivas daqueles que não se integram ao circuito do capital, a não ser como consumidores forçados dos produtos invendáveis da atividade capitalista – a chamada poluição. (ACSELRAD E BEZERRA, 2010, p. 187)

Nessa perspectiva, Acselrad e Bezerra (2010) afirmam que nenhuma medida que altere a ação do capital sobre suas bases materiais será efetivada enquanto os danos ambientais puderem ser destinados, de forma concentrada, aos mais despossuídos. Com isso, criam-se arranjos produtivos que imputam espacialmente as ‘externalidades negativas’ sobre agentes com menor poder econômico e político.

Preocupados em compreender como se dá a imposição dessa desigualdade, os autores apresentam o conceito de ‘chantagem locacional’. As empresas alcançam as condições de implantação pela obtenção de consentimento e aquiescência de atores locais constrangidos a aceitar ofertas em outras circunstâncias inaceitáveis, pelo fato de estarem presos ao que os autores chamam de ‘alternativas infernais’, tomando uma expressão de Isabelle Stengers e Philippe Pignarre. Alternativas infernais são situações que parecem não deixar outra escolha além da resignação ou da denúncia impotente entre condições precárias e arriscadas de trabalho ou nenhum trabalho.

Essa situação tem se agravado no capitalismo mundializado, em função do enfraquecimento das barreiras comerciais e das regulações econômicas que têm reduzido o custo de deslocalização dos capitais. Isso tem ampliado o poder das empresas de retirar seus investimentos para outros locais e/ou não implantar nenhuma outra atividade numa certa área, a não ser que o empreendimento seja aceito como a empresa deseja. Essa mobilidade potencial do capital lhe dá forças de impor sua ‘chantagem locacional’ e aprisionar parcelas importantes das populações locais à ‘alternativa’ de aceitar a promessa de emprego e renda a qualquer custo, mesmo com riscos ambientais e sociais acrescidos. Com isso, as empresas punem os espaços sociais mais organizados com falta de investimentos e premiam, com seus recursos, os menos organizados (ACSELRAD e BEZERRA, 2010, p. 181-183).

Os autores citados chamam a atenção de que esses processos de deslocalização não ocorrem num território vazio de vontades políticas e que, enquanto alguns governos denunciam as chantagens locais, outros veem a mobilidade do capital como uma oportunidade positiva. Nesses casos, os governos buscam protagonizar ações políticas que viabilizem a atração de novos investimentos, como renúncia fiscal, crédito fácil e farto, promoção de infraestrutura para fins privados, como transporte e energia, e doações governamentais (ACSELRAD e BEZERRA, 2010, p. 190). Desde o início dos anos 2000, os governos brasileiros têm claramente promovido ações de incentivo à expansão da produção de *commodities* minerais e agrícolas.

A atual centralidade econômica e política da produção amazônica e brasileira de *commodities* para exportação reflete uma inserção mais geral do Brasil numa dinâmica de acumulação por espoliação, conforme conceituação de Harvey (2013a). Argumentamos neste trabalho que, embora o discurso oficial indique que a implantação da ALPA buscaria mudar o caráter da economia regional em direção a uma ampliação

do peso econômico da produção industrial, não há ruptura com a dinâmica de acumulação por espoliação.

Para compreendermos a gênese do conceito de acumulação por espoliação é necessário retomar a análise de Marx (2011) acerca do surgimento do modo de produção capitalista. Na discussão sobre a chamada acumulação primitiva, o autor descreve os principais mecanismos utilizados para a expropriação não apenas de riqueza acumulada, mas dos meios de produção dos trabalhadores autônomos. No caso dos camponeses, a expropriação da terra, forçou-os a migrar para a cidade e vender a única coisa que lhes restou para sobreviver: sua força de trabalho. Por isso, Marx define a acumulação primitiva de capital como “*o processo histórico que dissocia o trabalhador dos seus meios de produção*” (MARX, 2011, p. 828).

Posteriormente, diversos autores tais como Luxemburgo (1985), Harvey (2006; 2013a; 2013b), Brandão (2010) vão afirmar que os mecanismos de acumulação identificados por Marx na pré-história do capitalismo possuem caráter permanente na sua geografia histórica. Para evitar o uso de uma denominação contraditória, como acumulação primitiva permanente, Harvey (2013a) cunha o conceito de acumulação por espoliação, reafirmando que as características da acumulação primitiva não se constituem como um fenômeno vinculado apenas às origens do sistema capitalista.

Brandão (2010) define os métodos de acumulação que mantêm as características da acumulação primitiva, da seguinte forma:

Baseia-se na dominação e no predomínio da força bruta, cometendo atrocidades legitimadas pelo monopólio da violência presente no próprio aparelho estatal. A usura, a predação, a utilização de artimanhas ilícitas, a apropriação e a expropriação, as manobras especulativas [...] o tomar domínio de bens públicos, assenhorar-se e apoderar-se de propriedades e patrimônios públicos e privados em nome do progresso geral da sociedade são práticas regulares em toda a história do capitalismo (p.45).

Harvey (2006) sugere que, embora esses mecanismos de acumulação por espoliação estejam presentes em todas as etapas históricas, eles tendem a se acelerar quando ocorrem crises de sobreacumulação. Nesses momentos, há limites para a reprodução ampliada do capital que levam a desvalorização de capital, estimulando a busca de novos lócus de acumulação, no que o autor denomina de ‘ajustes espaciais e temporais’. A criação desses novos lócus de acumulação tende a levar à predominância dos processos de espoliação.

Na etapa atual de crise, com o domínio do capital financeiro e o neoliberalismo, novos processos de expropriação de bens comuns têm sido criados, como as privatizações. No entanto, isso não significa que aqueles mais antigos deixam de existir, como “*a mercantilização e privatização da terra e a expulsão forçada das populações camponesas; a conversão de diversas formas de direitos de propriedade, comum, coletiva, estatal em direitos de propriedade exclusivos*” (HARVEY, 2006, p. 109).

Acselrad e Bezerra (2010) refletem que as ‘chantagens locacionais’ possuem relação direta com a hegemonia da ‘acumulação por espoliação’, pois ambas estão ligadas a processos de deslocalização dos capitais. As ameaças de evasão territorial criam vinculações entre a acumulação dentro do capitalismo à expropriação violenta fora dele, pois tanto criam oportunidades para os territórios ‘de fora’ abrigarem esses capitais, como ameaçam os territórios ‘de dentro’ a se tornarem o novo exterior (ACSELRAD E BEZERRA, 2010)

Siderurgia em Marabá: Programa Grande Carajás e ALPA

Os empreendimentos mínero-siderúrgicos instalados no corredor da Estrada de Ferro Carajás (EFC) surgiram no âmbito do Programa Grande Carajás (PGC). Segundo Hall (1991), o PGC foi formalmente instituído ainda pelos governos militares na gestão do presidente João Batista Figueiredo através do ato executivo nº 1.183 de 24 de novembro de 1980. Quanto a sua dimensão e objetivos:

O Programa Grande Carajás (PGC) representa tanto em termos de investimentos projetados quanto em extensão geográfica o maior projeto “integrado” de desenvolvimento jamais encetado por um país em desenvolvimento. Seu principal objetivo é nada mais nada menos que industrializar um enorme segmento da Amazônia oriental, particularmente através da mineração, do processamento de minérios, da agropecuária e da exploração madeireira. (HALL, 1980, p. 38).

No início, os empreendimentos minerais receberam maior atenção do PGC. Sob a responsabilidade da Companhia Vale do Rio Doce, o Projeto Ferro Carajás (PFC) entrou em operação em 1985. Com a instalação do PFC, o governo brasileiro começou a incentivar empreendimentos que pudessem agregar valor à cadeia produtiva do minério criando o Distrito Industrial de Marabá (DIM) em 1988. A ideia era atrair indústrias que pudessem beneficiar o minério até sua transformação em aço, porém, nesta primeira fase, instalaram-se apenas empresas produtoras de ferro-gusa, como a Companhia

Siderúrgica do Pará (COSIPAR) e a Siderúrgica Marabá (SIMARA). Até o final de 2007, ano que representa o auge da produção siderúrgica em Marabá, existiam 11 siderúrgicas atuando no DIM, predominantemente guseiras e apenas uma aciaria e uma indústria de ferro-liga.

Durante todos esses anos, o setor siderúrgico de Marabá acumulou problemas ambientais e socioterritoriais que, somados à crise econômica iniciada em 2008, levaram ao fechamento de boa parte dessas siderúrgicas. Reconhecendo os limites das usinas de produção de ferro-gusa como indutoras do desenvolvimento regional, o governo estadual lançou uma política de reestruturação do DIM, buscando provocar a ampliação, verticalização e diversificação do parque industrial:

Em Marabá, o processo foi dividido em duas etapas: a primeira fase é de recuperação e reestruturação e a segunda é de expansão do distrito. Na segunda etapa, 150 novos lotes foram criados para os mais diversos segmentos industriais tais como: centro de conveniência, espaços para feiras exposições, convenções, rodadas de negócios, formação profissional, atendimento médico e odontológico, bancos (autoatendimentos), recreação, atividades culturais e outras (GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 2010, p. 4-5).

No ano de 2009, o governo do estado do Pará criou a fase III do DIM para abrigar a ALPA, através do decreto nº 1.533, de 13 de março de 2009, publicado no diário oficial em 16 de março de 2009. Essa área fica a cerca de 8,0 km da sede municipal com acesso através da BR-230 (Rodovia Transamazônica) no sentido Marabá-Itupiranga (BRANDT, 2009, p. 01-02). O lançamento dessa expansão, em Marabá, contou com a presença da então governadora do estado do Pará, Ana Júlia Carepa, do então presidente Lula e representantes do alto escalão da mineradora VALE.

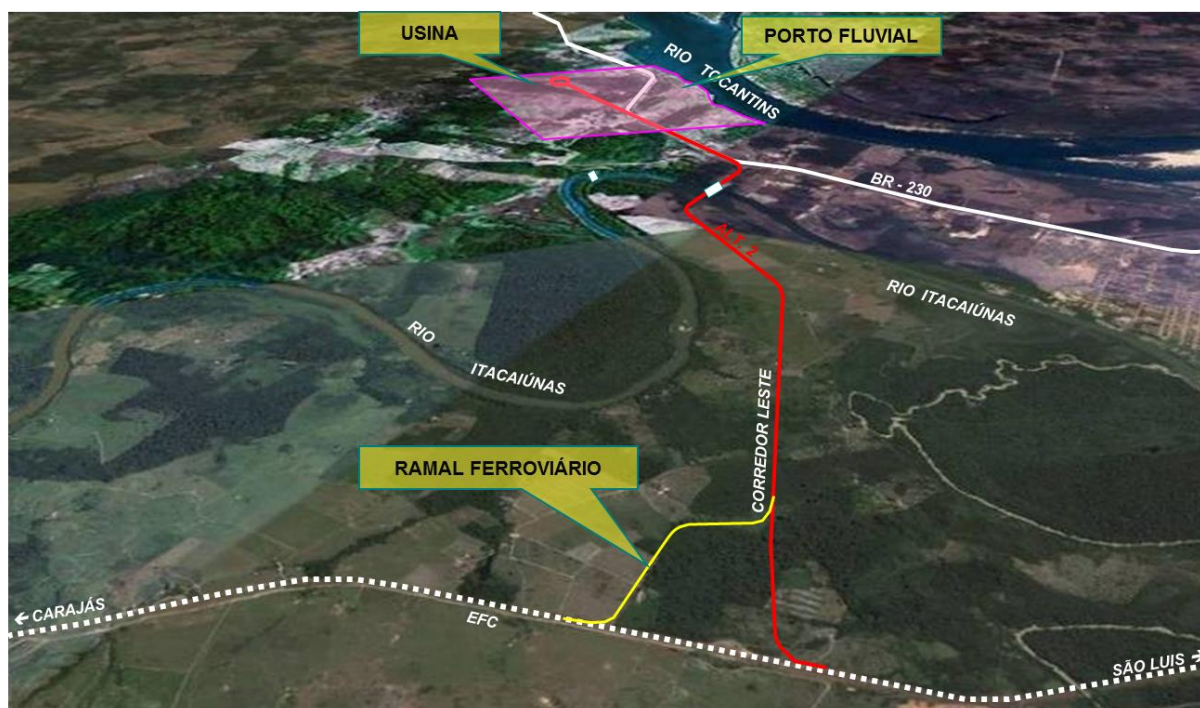
Essa nova área do DIM, destinada a ALPA, compreende um terreno de 1.035 ha, sendo que a planta siderúrgica ocupará 253,71 ha, incluindo a área destinada diretamente à produção, além de edificações, ruas, pátios e toda a infraestrutura de apoio operacional. As infraestruturas complementares envolvem logística de transporte rodoviário, ferroviário e fluvial.

No projeto, a mineradora VALE assumiu a responsabilidade de construir um ramal ferroviário de 12,85 km, que inclui uma ponte de 235 m sobre o rio Itacaiúnas, ligando a ALPA a Estrada de Ferro Carajás e um terminal fluvial localizado na margem esquerda do rio Tocantins, com 15,8 hectares (BRANDT, 2009, p. 18). O objetivo do terminal era o carregamento de barcaças com produtos siderúrgicos e escórias

provenientes da usina e descarregamento de comboios com insumos (carvão mineral) destinados à produção da siderúrgica. Sob a responsabilidade do governo do estado ficou a construção da Alça Viária de Marabá, composta por 29 km de estradas, interligando a BR-230 (transamazônica) e BR-155 (antiga PA-150) com o DIM, bem como a Hidrovia Araguaia-Tocantins, que envolve a construção das eclusas de Tucuruí, já concluídas em 2010.

SUGESTÃO DE INCLUSÃO DA FIGURA 1:

Figura 1: Localização da ALPA e das Infraestruturas Complementares para a Logística de Transporte.



Fonte: VALE, 2013.

Outro parceiro no projeto de implantação da ALPA foi o Grupo Aços Cearenses, através de sua siderúrgica localizada no DIM, a SINOBRAS. Essa parceria visava incluir um pólo metal-mecânico no projeto, a fim de verticalizar também a produção de aço. Nessa perspectiva, foi proposto o projeto ALINE, uma usina de laminação ligada a ALPA, com capacidade de “produção de 450 mil toneladas de laminados a frio e 150 mil toneladas de aço galvanizado” (JORNAL CORREIO DO TOCANTINS, 2010).

Do ponto de vista político-ideológico, o projeto ALPA retomou nos discursos oficiais, a mesma retórica que foi difundida para justificar a instalação, no final da década de 1980, das primeiras siderúrgicas no corredor da Estrada de Ferro Carajás. Pelo discurso governamental, a ALPA / ALINE representaria uma possibilidade de estimular e desenvolver a economia regional através da verticalização da cadeia produtiva do minério de ferro, que hoje é exportado como *commodities*, com ampliação da renda e geração de empregos em grande escala. Nos próximos itens, procurar-se-á mostrar que esse processo não ficou livre de impactos negativos que geraram tensões e conflitos, embora na maior parte das vezes, esses foram invisibilizados no discurso oficial e pouco debatidos pela sociedade local.

Tensões entre a ALPA e os Projetos de Assentamento no seu entorno: o caso do PA Belo Vale

Nas proximidades onde se pretendia instalar a ALPA encontram-se diversas comunidades camponesas em posses antigas, assim como em assentamentos de reforma agrária. A dinâmica de ampliação do Distrito Industrial de Marabá gerou conflitos de ordem socioterritoriais e ambientais afetando posseiros que foram retiradas de suas áreas para que a ALPA iniciasse suas obras de terraplenagem. Neste sentido, mesmo aqueles que foram mantidas no entorno do DIM, foram prejudicados, pois as diversas relações dos assentados com as pessoas de lugares mais próximos foram desestruturadas, além das pressões imobiliárias sobre a área.

Um caso emblemático nesse processo de expropriação do campesinato se deu com o projeto de assentamento Belo Vale. O mesmo encontra-se localizado há uma distância de 16 Km da sede municipal, à margem esquerda da rodovia Transamazônica, no sentido Marabá-Itupiranga, em frente com o rio Tocantins e ao lado da área desapropriada pelo Estado para implantação da 3ª fase do DIM. O decreto nº 1.133 do governo do Pará, de março de 2009, de desapropriação da área, incluía uma parte do PA Belo Vale, atingindo 38 lotes, cujas famílias deveriam ser deslocadas (CEPASP, 2010, p. 17).

Esse assentamento havia sido criado pelo INCRA em 2003, depois que as famílias estiveram acampadas por 05 anos na área. Segundo informações colhidas com o presidente da associação do PA Belo Vale, senhor Isaías Soares de Melo, as 62 famílias assentadas são todas migrantes dos estados de Minas Gerais, Mato Grosso,

Goiás, Tocantins, Maranhão, Ceará, Piauí e Amapá, com trajetórias diversas até chegarem a Marabá. Apesar dessa origem diversa, já haviam criado laços significativos na localidade que seriam perdidos com o deslocamento de parte das famílias, como atesta a fala de um assentado:

Rapaz, nós criamos tantos laços aqui, olha hoje mesmo é um dia de feira, nós sai 04 horas da madrugada, eu vou reunindo o pessoal, vamo lá pra Velha Marabá ... um leva uma coisa, outro leva outra, fruta, verdura, comida e bolo, todo mundo vende e aí faz suas compras da semana e vem todo mundo alegre e satisfeito [...] isso vai acabar, vai esfacelar, porque com certeza num tem como levar esse pessoal pra um lugar só, né? E essa amizade, essa interação que foi adquirida ao longo dos anos, com trabalho, estímulo? (João Batista Mílhome, assentado no PA Belo Vale, entrevistado em 25 de Janeiro de 2010).

A entrevista acima, além dos laços pessoais, revela aspectos da produção agrícola realizada no PA Belo Vale que, além de atender o autoconsumo familiar, comercializa produtos na feira organizada pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais, na sede do município. A proximidade da área urbana e o acesso à feira são estímulos importantes para uma produção diversificada, como atesta a entrevista com outro assentado:

Aqui no PA tanto em volume quanto na diversificação, nós cria bovinos, suínos, ovinos, peixes, aves, abelha e cultivamos em grande escala o abacaxi.[...] Em pequena escala temos cupuaçu, tangerina, manga, açaf, limão, murici, banana, acerola, goiaba, maracujá, caju, hortaliças, arroz, milho, mandioca, feijão. Produzimos também farinha, tapioca, puba, tucupi, mel, doce de leite, bolos e outros derivados para vender e para o consumo (José Ferreira da Silva, assentado no PA Belo Vale, entrevistado em 22 de janeiro de 2010).

Os riscos de perda das condições de produção e comercialização foram percebidos pelos assentados, caso houvesse o deslocamento para áreas mais distantes, conforme explicita a entrevista abaixo:

Eu não tenho terra para vender, por isso não quero sair do meu lote, estou próximo da cidade e considero que vivo bem, é um PA produtivo, se hoje quiser ir lá para comprar peixe, temos 10.000 kg, se quiser leite, banana, abacaxi, mel, ovos, puba, tapioca. O que queremos é que o Estado disponha de mais recursos [para o assentamento] (Isaías Soares de Melo, assentado e presidente da Associação do Assentamento, entrevistado em 20 de janeiro de 2010).

Além disso, a incerteza em relação ao possível deslocamento era muito grande, inclusive por já se tratar de um projeto de assentamento e por não ter havido

negociações claras com a comunidade local. A entrevista a seguir revela essas desinformações:

Várias vezes já passaram por aqui, falaram algumas coisas. Falaram que eles iriam pegar uma parte da área. Só que nós tivemos uma reunião no INCRA e o diretor do INCRA falou pra nós que não tinha nada em concreto, que nós teria que continuar trabalhando no lote, que eles jamais souberam alguma coisa, ninguém nunca falou nada no INCRA [...] principalmente porque essa terra aqui é de assentamento e o INCRA não faz dois assentamentos, ele não indeniza terra duas vezes (Entrevista n° 3 realizada dia 20 de Janeiro de 2010, com o senhor Claudionor Alves de Oliveira).

Frente a ameaça de desapropriação de parte da área do assentamento e os questionamentos e insatisfação dos assentados, diferentes entidades de apoio como a CPT (Comissão pastoral da Terra), o CEPASP (Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular) e o Movimento Debate e Ação (MDA) começaram a acompanhar a situação dessas famílias. A CPT entrou na justiça com um processo pedindo a nulidade do decreto n° 1.133, sob o argumento que o Belo Vale é um projeto de assentamento criado pelo INCRA, através de decreto federal, e que, portanto, o governo estadual não teria poder legal para desapropriá-lo. Após muitas polêmicas, pressões de entidades e mobilizações dos camponeses acerca do imbróglio, o governo do estado reconheceu que desapropriar área de projeto de assentamento era um ato ilegal e lançou novo decreto de criação da fase III do DIM, excluindo a área do PA Belo Vale.

Este exemplo é ilustrativo de que o capital industrial, associado a acumulação intensiva de capital e a perspectivas de desenvolvimento da região pela verticalização da produção mineral, não está dissociado de práticas de acumulação por espoliação, como a expropriação de terras de camponeses e a destruição de seus modos de vida. Vários grupos de trabalhadores rurais camponeses, indígenas estão perdendo espaço para dar lugar aos grandes conglomerados econômicos seja de extração mineral ou indústria siderúrgica. Ao mesmo tempo, esse processo é ilustrativo de como formas de resistência dos atingidos podem acumular força política, a partir de alianças mais amplas, e incidir sobre os rumos do projeto, mesmo que de forma parcial.

Chantagem Locacional e Destruição Ambiental

No caso do PA Belo Vale, a capacidade de articulação política das famílias que seriam atingidas conseguiu exercer pressão capaz de modificar os limites do projeto,

preservando o assentamento. Diferentemente, em relação aos impactos ambientais do projeto não se verificou a mesma capacidade da sociedade local, explicitando de forma mais claras os efeitos de chantagem locacional.

Apesar de várias críticas sobre riscos ambientais, as autorizações necessárias para o funcionamento do empreendimento foram expedidas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA), sendo a Licença Prévia concedida em 30 de março de 2010 e a Licença de Instalação, expedida no dia 14 de Junho de 2010. A emissão desta última contou com a presença, em Marabá, do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva e da ex-governadora Ana Julia Carepa. Estima-se que existam inúmeros impactos ambientais decorrentes da instalação da ALPA em Marabá, tanto que no dia 17 de maio de 2010 o Ministério Público Federal e Estadual protocolaram uma ação civil pública questionando o empreendimento. A ação pedia a realização de novas audiências públicas, anulação da licença prévia e suspensão do licenciamento ambiental da ALPA.

No âmbito das questões ambientais, a ação questionou a insuficiência de informações em relação à emissão de gases poluentes:

O EIA informa que para limpeza dos gases e poeiras originários do forno de pelotização serão instalados precipitadores eletrostáticos. A fase de pelotização produz emissões de material particulado, Nox, SO₂ e HF. O uso de precipitadores eletrostáticos reduz a emissão de material particulado, mas não é eficiente na remoção de Nox, SO₂ e HF, portanto a afirmação do texto do EIA precisa ser esclarecida quanto a sua origem e como ocorre a redução dos óxidos de nitrogênio e enxofre dos gases da pelotização (MPF/MPE-PA, 2010, p. 28-29).

Outro caso que o MPF e MPE denunciaram na ação foi o fato de o estudo de impacto ambiental da ALPA não prever uma medida de controle para o benzeno, que é considerado um produto altamente cancerígeno mesmo quando expelido em pequenas quantidades. A análise dos impactos ambientais das emissões de gases do empreendimento “*resulta que há riscos para os trabalhadores, para as populações próximas da usina siderúrgica e para o meio ambiente*” (MPF/MPE-PA, 2010, p. 30).

O documento revela ainda que em relação ao tratamento de efluentes líquidos industriais tais como o condensado da linha da coqueria e o efluente da granulação da escória do alto forno, o projeto prevê que passariam por uma estação de tratamento biológico (ETB) e, posteriormente, lançamento desses efluentes no Rio Tocantins. Nesse tipo de ação há risco de contaminação do Rio Tocantins e seus afluentes, com

riscos ambientais e sociais, já que diversos moradores, ribeirinhos e pescadores residem às margens do rio e dependem diretamente deste para sua reprodução.

Apesar de todos esses indícios de riscos ambientais, houve pouca mobilização da sociedade regional questionando-os. Revelam, dessa forma, uma sociedade local refém das chantagens locais sujeitas às injustiças ambientais, em que grandes projetos como a ALPA representam a concentração da acumulação de lucros apropriados por grandes empresas privadas tendo, em contrapartida, o deslocamento dos prejuízos ambientais para as populações locais.

Um dos maiores impactos ambientais do projeto refere-se à implantação da Hidrovia Araguaia-Tocantins, considerado pela empresa como primordial para garantir o escoamento da produção da ALPA. A construção da hidrovia, orçada na época em 520 milhões de reais, envolve obras de dragagem e, sobretudo, a derrocagem de um trecho de 43 quilômetros conhecido como Pedral do Lourenção. Isso implica na explosão e retirada de cerca de 1 milhão de metros cúbicos de pedras do leito do rio Tocantins para viabilizar a navegação de grande porte.

Não obstante, no trecho que compreende os 43 quilômetros a serem derrocados, há uma rica fauna que abriga espécies de peixes, gaivotas, caranguejos que só sobrevivem sob a existência dos pedrais, como seu habitat de alimentação e reprodução. A hidrovia afeta também moradores ribeirinhos, pescadores e assentados que residem em vilas às margens do rio e dependem deste para sua reprodução e lazer.

Esta obra acabou por se constituir em um dos pontos mais fortes de tensão entre VALE e Governos Federal e Estadual, no entanto, não pelas questões ambientais envolvidas. O embate em relação ao projeto de construção da Hidrovia Araguaia-Tocantins teve início, entre 2010 e 2011, quando ele foi retirado do PAC II pelo Ministério do Planejamento numa tentativa do Governo Federal cobrar maior participação da VALE nos investimentos do projeto.

A mineradora Vale logo deixou claro que só seguiria adiante com as obras da ALPA caso o Governo Federal cumprisse o acordo inicial, que era oferecer as infraestruturas necessárias para viabilidade do empreendimento. Isso causou protestos entre os políticos e as elites locais, que se mobilizaram e marcaram reuniões, como a que ocorreu em Brasília com a ministra do planejamento, Mirian Belchior, em fins de 2011, para cobrar a imediata liberação de recursos para a construção da Hidrovia. A chamada ‘comitiva paraense de políticos e empresários’ que se reuniu com a ministra

foi composta por empresários e pelo próprio presidente da Associação Comercial e Industrial de Marabá, além de “o governador Jatene, senador Flexa Ribeiro, secretário Sérgio Leão, deputados federais de todos partidos, além da ex-governadora Ana Julia e Paulo Rocha” (BOGÉA, 2011).

Após muitas pressões, o governo federal se comprometeu em elaborar, de imediato, um estudo de viabilidade da hidrovía e encaminhar para o Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte (DNIT), para que este assinasse a ordem de serviço autorizando a dragagem do rio Tocantins. Após muitas negociações, no dia 20 de março de 2014, a presidente Dilma Rousseff desembarcou em Marabá para assinar o edital da licitação para as obras de derrocamento do Pedral do Lourenção, como parte da segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC II). Mesmo com a assinatura desse edital, houve diversos atrasos nos tramites do processo licitatório das obras de derrocagem, motivo pelo qual só em fevereiro de 2016 foi escolhida a empresa DTA engenharia para executar a elaboração dos projetos básico e executivo, de todas as ações ambientais e a execução das obras em um prazo total de 58 meses. Atualmente a previsão é de que o EIA-RIMA seja protocolado junto às entidades de meio ambiente em outubro de 2017 e, seguindo os tramites legais e cronograma da empresa, as obras de derrocagem devem começar em 2018 (POMPEU, 2017).

O interessante a se observar são os mecanismos de chantagem locacional em marcha. Tendo em vista as constantes ameaças de paralisação do empreendimento ALPA, são as elites e governos locais os que tomam a iniciativa de pressionar o Governo Federal para ceder às exigências da VALA. No caso do Pedral do Lourenção, ao invés da sociedade local estar atenta para os estudos de impacto ambiental e as consequências sociais e ambientais da sua destruição, ela fica passiva frente ao que se coloca como ‘alternativa infernal’: ou o pedral é destruído ou a região não recebe os investimentos.

No caso estudado, a chantagem por parte da empresa se dá nesse ponto específico do projeto ALPA, mas, de forma bem mais complexa, pode-se analisar o próprio projeto ALPA, em seu conjunto, como parte de chantagens locacionais impostas pela empresa. Como uma empresa de mineração, com negócio prioritário na extração e comercialização de minério bruto, há hipóteses consistentes de que a VALE usou o projeto ALPA como estratégia de lidar com as pressões do governo do Estado do Pará e, sobretudo, do Governo Federal, interessados na verticalização da produção mineral,

recebendo, como contrapartida, grande apoio para a expansão da mineração em si na região. Com a possibilidade da ALPA, mais do que a extração de minério em si, a empresa consegue apoio das elites políticas e econômicas locais, inclusive na sua legitimação local usada nas negociações com os governos.

Mesmo tendo foco prioritário na extração de minérios, não se descarta a possibilidade de que a mineradora VALE venha a investir em siderurgia ou na verticalização da cadeia produtiva do minério de ferro. No entanto, observado outros casos, a mineradora só realiza este tipo de investimento em siderurgia quando há grandes incentivos por parte do Estado e quando consegue estabelecer sociedades com outras empresas do ramo (Joint Venture), procurando estimular a criação de novos mercados consumidores do minério de ferro, produto o qual ela praticamente detém o monopólio no Brasil

Dessa forma, enquanto segmentos importantes da sociedade regional mantêm-se mobilizados para garantir todas as exigências da Vale para a implantação da ALPA, acreditando que isso trará a industrialização da região, a empresa vem conseguindo aprovação todas as suas demais obras de ampliação da própria extração mineral. No caso analisado, com exceção dos camponeses diretamente ameaçados por estes empreendimentos no PA Belo Vale, outros segmentos da sociedade regional parecem mais imobilizados pela ‘alternativa infernal’: ou cedem às chantagens da empresa de forma acrítica ou são penalizados pela ausência dos investimentos.

Considerações Finais

O projeto de implantação da indústria Aços Laminados do Pará (ALPA) pela mineradora VALE tem recebido apoio significativo dos governos estadual e federal, tanto através de financiamentos diretos, como através da criação de infraestrutura logística necessária para sua viabilização. Essa infraestrutura foi viabilizada pela ampliação do Distrito Industrial de Marabá – DIM, que disponibilizou um terreno de 1.035 hectares às margens do rio Tocantins para a instalação da planta industrial, bem como na ampliação da rede de transporte regional, incidindo na malha viária e na construção de uma hidrovía.

Todo esse investimento do Estado tem recebido forte apoio das elites locais interessadas na execução desse projeto. O discurso político dominante apresenta a implantação da ALPA como um passo determinante na industrialização da região, a

partir da verticalização da produção mineral e da atração de outras indústrias que têm o aço como matéria prima. Mais do que apoiar o projeto, as elites locais têm sido portavozes do mesmo quando se apresentam impasses entre os governos e a empresa, pressionando o poder público para o atendimento integral das exigências da VALE.

Todo esse esforço justifica-se pela possibilidade de modernização da economia regional que, com a industrialização pretendida, deixaria de ser uma economia baseada na exportação de *commodities* e passaria de uma predominância de acumulação de capital extensiva para uma forma muito mais intensiva de acumulação. Para o conjunto da população, os benefícios do projeto são traduzidos como ampliação do emprego e renda para os trabalhadores regionais.

Ao longo deste texto, argumentou-se que existem impactos socioterritoriais e ambientais resultantes da implantação desse projeto que têm sido escamoteados pelo discurso oficial. Como exemplos foram trabalhados dois casos. Primeiro, as tensões entre os responsáveis pelo empreendimento, incluindo o governo estadual, e os camponeses assentados no entorno da área de expansão do DIM. Em seguida, a problemática ambiental em torno do projeto, relacionada à emissão de poluentes pela planta industrial que afeta diretamente a sede do município de Marabá, bem como os impactos ambientais ao longo da Hidrovia Araguaia-Tocantins, sobretudo com a derrocada de uma extensão de 43 km conhecida como Pedral do Lourenção.

Apesar da existência de grupos sociais específicos que tem conseguido se articular e intervir no processo, tais como os camponeses do PA Belo Vale, que conseguiram modificar o traçado original da área de expansão da fase III do DIM para que não fossem deslocados, têm predominado a ausência de debates e de mobilizações mais amplas sobre esses impactos. Ao contrário, tanto o discurso oficial, como o da maior parte da sociedade regional, tem reafirmado a importância do empreendimento.

A análise sugere que essa aceitação se insere num contexto de ‘chantagem locacional’ em que as empresas ameaçam as regiões com a possibilidade de deslocalização dos seus investimentos caso seus interesses não sejam plenamente atendidos. À população local sobra, portanto, uma ‘alternativa infernal’ entre aceitar passivamente todos os impactos sociais e ambientais do projeto ou não receber nenhum investimento.

Essa passividade na aceitação do projeto legitima o caráter mais geral da acumulação capitalista na região baseado na expropriação e espoliação dos segmentos

politicamente mais frágeis da sociedade local. Contraditoriamente, o projeto de ampliação do parque industrial leva a formas de acumulação mais intensivas, porém mantém-se preso a processos de acumulação por espoliação. Os exemplos tanto de expropriação de camponeses cuja consequência é a destruição de seus modos de vida e de reprodução econômica, como de destruição ambiental são emblemáticos nesse sentido.

No caso específico analisado, essa ‘chantagem locacional’ é mais complexa ainda, posto que há fortes indícios de que o próprio projeto de verticalização mineral não é de interesse da mineradora VALE. Dessa forma, o projeto como um todo aparenta ser parte de uma chantagem mais ampla, cujo foco principal tem sido a extração e comercialização de minérios brutos. Assim, os esforços das elites locais e dos governos para atender as demandas da empresa não ficam restritos à implantação da ALPA, que continua parada, mas estendem-se às sucessivas facilidades na implantação de outros projetos de mineração, em especial a nova e gigantesca extração de ferro na parte sul da Serra de Carajás, chamado ‘S11D’, que está avançando com velocidade.

Referências

- ACSELRAD, H. e BEZERRA, G. das N. 2010. Desregulação, Deslocalização e Conflito Ambiental: considerações sobre o controle das demandas sociais. In: A. W. B. de ALMEIDA et al. (orgs.), **Capitalismo Globalizado e Recursos Territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro, Editora Lamparina, p. 179 – 209.
- BOGÉA, H. 2011. Ministra diz que Hidrovia é Prioridade Federal. Disponível em: <http://www.hiroshibogea.com.br/ministra-diz-que-hidrovia-e-prioridade-federal/> Acesso em: 22/06/2017.
- BRANDÃO, C. A. 2010. Acumulação Primitiva Permanente e Desenvolvimento Capitalista no Brasil Contemporâneo. In: A. W. B. de ALMEIDA et al. (orgs.), **Capitalismo Globalizado e Recursos Territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro, Editora Lamparina, p. 39 – 69.
- BRANDT – Meio Ambiente/Amazônia. 2009. **Aços Laminados do Pará – Relatório de Impacto Ambiental**. Marabá. 116 p.
- CEPASP – CENTRO DE EDUCAÇÃO, PESQUISA, ASSESSORIA SINDICAL E POPULAR. 2010. **Os impactos da Mineração no Sudeste Paraense**. Marabá. 57 p.
- GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. 2010. **Notícias do Governo Popular**, ano IV, nº 22. Fevereiro/2010.
- HALL, A. 1991. **Amazônia: desenvolvimento para quem? Desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1991, 300 p.

- HARVEY, D. 2006. O “novo” imperialismo: acumulação por desapossamento. In: L. PANITCH e C. LEYS (orgs.), **O Novo Desafio Imperial**. Socialist Register, 2004. Buenos Aires, CLACSO. 95 – 125 p.
- HARVEY, D. 2013a. Acumulação via Espoliação. In: D. HARVEY, **O Novo Imperialismo**. 7ª ed. São Paulo, Edições Loyola. 115 – 148 p.
- HARVEY, D. 2013b. O Segredo da Acumulação Primitiva. In: D. HARVEY, **Para Entender o Capital - Livro I**. São Paulo, Editora Boitempo, 277 – 299 p.
- JORNAL CORREIO DO TOCANTINS. 2010. **MT Garante Alça Viária para Marabá**. Marabá, 11 e 12 de fev. p. 5.
- LUXEMBURGO, R. 1985. **A Acumulação do Capital**. 2º edição. São Paulo, Editora Nova Cultural, 413 p.
- MARX, K. 2011. A Chamada Acumulação Primitiva. In: K. MARX, **O Capital: crítica da economia política**. L. I, Vol. 1, Cap. XXIV. 24ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 825 – 877 p.
- MPF/MPE-PA – MINISTERIO PÚBLICO FEDERAL / MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. 2010. **Requerimento de Ação Civil Pública contra SEMA e Estado do Pará**. Marabá. 46 p.
- POMPEU, U. 2017. Derrocamento do Pedral do Lourenço está em Fase de Licenças Ambientais. Disponível em: <http://zedudu.com.br/derrocamento-do-pedral-do-lourenco-esta-em-fase-de-licencas-ambientais/> Acesso em: 22/06/2017.
- REUTERS. 2012. Vale Suspende Construção de Siderúrgica em Meio a Impasse com Governo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/vale-suspende-construcao-de-siderurgica-em-meio-impasse-com-governo-6224537> Acesso em: 22/06/2017.
- VALE. 2013. **ALPA – Aços Laminados do Pará**. In: XXIV Encontro Corredor Centro-Norte, apresentação de power point. 13 de jun.